



A Sistematização da Formação de Instrutores na Polícia Militar de Alagoas: Proposta de Estágio de Habilitação

Systematization of Instructor Training in the Military Police of Alagoas: A Qualification Internship Proposal

Tales Tomé de Sousa Santos

Capitão da Polícia Militar de Alagoas, do quadro de oficiais combatentes. Mestre em educação (UFAL), Especialista em Gestão da Segurança Pública.

Resumo: Este estudo aborda a necessidade e as estratégias para a implementação de um Estágio de Habilitação de Instrutor (EHI) na Polícia Militar de Alagoas (PMAL), com ênfase na sistematização e aprimoramento do ensino policial. Fundamentado em pesquisa documental e revisão bibliográfica, o estudo identifica lacunas na formação dos instrutores e propõe um estágio estruturado sob o paradigma do ensino por competências. A proposta busca uniformizar conteúdos e práticas pedagógicas, a qualidade dos cursos de formação e fortalecer a avaliação como instrumento de aprendizagem e regulação institucional. Espera-se que a implementação do estágio contribua para a qualificação dos instrutores, o aprimoramento da atuação policial e o alinhamento da PMAL aos padrões contemporâneos de excelência e responsabilidade social na segurança pública.

Palavras-chave: ensino por competências; estágio de instrutor; formação de instrutor.

Abstract: This study addresses the need for and strategies related to the implementation of an Instructor Qualification Internship (EHI) within the Military Police of Alagoas (PMAL), with an emphasis on the systematization and enhancement of police education. Based on documentary research and literature review, the study identifies gaps in instructor training and proposes a structured internship grounded in the competency-based teaching paradigm. The proposal aims to standardize content and pedagogical practices, improve the quality of training courses, and strengthen assessment as a tool for learning and institutional regulation. It is expected that the implementation of the internship will contribute to the qualification of instructors, the improvement of police performance, and the alignment of PMAL with contemporary standards of excellence and social responsibility in public security.

Keywords: competency-based teaching; instructor internship; instructor training.

INTRODUÇÃO

A segurança pública é um tema de complexidade crescente e de relevância incontestável no Brasil, e o estado de Alagoas está dentro desse panorama. Nosso estado possui particularidades socioculturais e econômicas que impactam diretamente na gestão e na efetividade das políticas de segurança pública. A violência e a criminalidade são desafios prementes, e a capacitação das forças de segurança, como a Polícia Militar de Alagoas (PMAL), é um vetor crucial para a transformação dessa realidade. Nesse cenário, a formação continuada e especializada dos policiais militares emerge como elemento central para a efetividade das ações de segurança

pública, deixando as políticas reativas para assumir estratégias preventivas e planejadas, nesse sentido:

Planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, gasto eficiente dos recursos financeiros não têm sido procedimentos usuais nas ações de combate à criminalidade, seja no executivo federal, seja nos executivos estaduais. Desse ponto de vista, a história das políticas de segurança pública na sociedade brasileira nas duas últimas décadas se resume a uma série de intervenções governamentais espasmódicas, meramente reativas, voltadas para a solução imediata de crises que assolam a ordem pública [...] (Sapori, 2007, p. 109).

Dessa forma, há a necessidade de uma mudança paradigmática, onde políticas de segurança pública devem ser construídas sobre pilares de planejamento estratégico, avaliação contínua e ações preventivas. Isso implica não só a reconfiguração de práticas existentes, mas também a implementação de uma cultura de responsabilidade e transparência, que permita uma avaliação rigorosa da eficácia das políticas e a capacidade de ajustar estratégias com base em dados e resultados concretos.

Alagoas tem enfrentado, historicamente, altos índices de violência, frequentemente atribuídos a fatores como desigualdade social, baixa escolaridade, desemprego e a forte presença do tráfico de drogas. Essas questões têm exigido das autoridades locais uma resposta firme e bem fundamentada, que vai além do simples reforço do policiamento ostensivo e demanda uma abordagem mais estratégica e integrada.

Nesse contexto, ausência de um Estágio de Habilitação de Instrutor (EHI) na PMAL evidencia uma lacuna institucional que pode comprometer a qualidade do ensino, a sistematização das práticas pedagógicas e, conseqüentemente, a atuação técnica e ética dos profissionais. A literatura especializada aponta que instrutores devidamente capacitados são essenciais para o desenvolvimento de competências que permitam aos policiais responder de forma adequada a situações de alta complexidade e risco (Ausubel, 2003; Coll, 2000; Perrenoud, 1999), pois o policial militar precisa estar preparado tecnicamente para enfrentar situações complexas.

As instituições de ensino devem estabelecer requisitos técnicos mínimos, antes que agentes em curso ou treinamento portem armas em eventos, visando assim protegê-los, instruendos e instrutores, de uma responsabilidade judicial, por eventuais acidentes ou erros de julgamento decorrente da falta de conhecimento suficiente sobre a arma ou munição, causando danos a si mesmo, a sua equipe, ou à sociedade (Flores; Gomes 2006, p. 66).

Ou seja, os desafios atuais para a segurança em Alagoas envolvem a necessidade de superar as limitações estruturais e operacionais que afetam a PMAL. Nesse contexto, a qualificação especializada dos instrutores da PMAL torna-se um fator crítico. O desenvolvimento do EHI voltado para o ensino por competências,

pode não apenas aumentar a eficácia das intervenções policiais como também reduzir os riscos de incidentes que possam resultar em danos colaterais ou no uso excessivo da força. O desenvolvimento das competências necessárias para atuação policial é, portanto, uma questão de segurança pública e de direitos humanos.

Este estudo parte do pressuposto de que a implantação do EHI na PMAL atende a essa necessidade de formação especializada. Um estágio bem estruturado e alinhado às melhores práticas nacionais pode ser um marco orientador no ensino na PMAL, melhorar a qualificação dos instrutores e, conseqüentemente, elevar o nível profissional dos policiais.

Supõe-se que o impacto esperado da implementação de um estágio dessa natureza seria multifacetado. Pretende-se não apenas aprimorar as competências para o trabalho policial, mas também promover a preparação dos instrutores para implementar avaliações que contribuam para a qualidade e equidade da educação, possibilitando que se tenha uma avaliação mais justa e posteriormente uma melhor classificação final nos cursos de formação. Uma força policial bem qualificada é um elemento dissuasor mais eficaz contra o crime e contribui para a construção de uma sociedade mais segura e justa.

Propor, portanto, a implantação do EHI na PMAL para ser um marco orientador do ensino por competências seria uma estratégia para elevar os padrões de proficiência dos policiais da PMAL, promover uma cultura de excelência e responsabilidade na aplicação da lei.

De fato, a literatura sugere que instrutores bem-preparados são fundamentais para o desenvolvimento de policiais capazes de responder adequadamente em situações de alto risco. Diversos estudos e obras valorizam os princípios e práticas da aprendizagem significativa, a mediação pedagógica e a formação integral do sujeito. Segundo Ausubel (2003), a aprendizagem torna-se efetiva quando o novo conteúdo é relacionado de forma substantiva aos conhecimentos prévios do aluno, permitindo a construção de significados duradouros. Por sua vez, Coll (2000) complementa essa visão ao afirmar que o professor deve atuar como mediador, criando condições para que o aluno desenvolva competências que lhe permitam agir de forma autônoma e crítica. Já Hernández (1998) propõe uma pedagogia baseada em projetos, que favorece o envolvimento ativo dos alunos em situações reais, promovendo o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e éticas. No contexto da formação de instrutores policiais, essas perspectivas se articulam com a necessidade de integrar conhecimento técnico, habilidades pedagógicas e valores morais, como defende Puig (1999), ao afirmar que “educar em valores é educar para a participação, para o diálogo e para a construção de uma sociedade mais justa”. Assim, o ensino por competências exige do instrutor não apenas domínio técnico, mas também sensibilidade ética e capacidade de formar profissionais preparados para atuar com responsabilidade e humanidade em contextos complexos.

Para abordar esses aspectos, o percurso metodológico desta pesquisa segue um conjunto estruturado de etapas, iniciando-se com a formulação do problema de pesquisa. Esta etapa envolve a identificação da necessidade de padronização e eficiência nas instruções na PMAL, delimitando o foco na criação de um estágio de habilitação de instrutor especializado.

Nesse cenário teórico-metodológico, segue-se uma revisão de literatura com o objetivo de construir uma base teórica sólida, destacando-se a contribuição de autores relevantes e a identificação de lacunas no corpo de conhecimento existente.

A conclusão sintetiza as principais ideias abordadas, reforçando a relevância do estudo, destacando-se as implicações práticas dos achados e fornecendo recomendações concretas para a implantação do EHI na PMAL.

O ENSINO POR COMPETÊNCIAS

Conceitos Fundamentais

A educação contemporânea tem passado por uma transformação significativa, marcada pela superação do ensino tradicional centrado em conteúdos e objetivos específicos, evidenciada na taxonomia de Bloom¹, para uma abordagem baseada em competências, que coloca o aluno no centro do processo de aprendizagem. A esse respeito, Zabala e Arnau (2010, p. 11) destacam que “de forma progressiva e gradual, mas em um processo, felizmente, irreversível, os currículos se deslocaram das matérias para o aluno”. Essa nova perspectiva busca preparar os estudantes para enfrentarem os desafios da vida real, promovendo a aplicação prática dos conhecimentos. Os autores afirmam ainda que:

“o uso do termo ‘competência’ é uma consequência da necessidade de superar um ensino que, na maioria dos casos, foi reduzido a uma aprendizagem memorizadora de conhecimentos, fato que implica dificuldade para que esses conhecimentos possam ser aplicados na vida real” (Zabala; Arnau, 2010, p. 12).

Assim, o ensino por competências representa uma resposta à necessidade de formar sujeitos capazes de resolver problemas, tomar decisões e atuar de forma crítica e autônoma na sociedade. Como sintetiza Perrenoud, “Uma competência define-se pela mobilização de diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação” (Perrenoud, 1999, p. 7). No âmbito da formação policial, tal definição ganha materialidade em situações-problema típicas do serviço, por exemplo, atendimento a ocorrências de alta complexidade, mediação de conflitos, preservação de direitos, tomada de decisão em ambientes incertos e em curto espaço de tempo. O foco desloca-se da memorização de conteúdos para a capacidade de agir, com discernimento ético e técnico, sob restrições de tempo, risco e responsabilidade pública.

É notória a necessidade de transformação de uma formação por competência que evidencie situações mais próximas da realidade, como se constata abaixo:

1 Entende-se por taxionomia de Bloom uma classificação hierárquica dos processos cognitivos, que organiza os objetivos educacionais em níveis crescentes de complexidade: lembrar, compreender, aplicar, analisar, avaliar e criar.

O treinamento da imensa maioria dos órgãos policiais é precário, por vezes apenas teórico, não fornecendo o adequado treinamento para uma segura decisão de tiro em confronto armado. Os alunos treinam a realização de disparos em alvos de papel, que não representam o aspecto humanoide armado (Flores; Gomes, 2006, p. 83).

A prática de treinar com alvos de papel, que não representam adequadamente uma situação realística sugere que tal abordagem seja insuficiente para preparar os policiais para as complexidades de um confronto real. Desse modo, evidencia-se a pertinência da implantação do EHI na PMAL com diretriz que funcione como marco orientador do ensino para o desenvolvimento das competências necessárias ao policial militar desempenhar sua função de forma efetiva, aumentando a confiança dos agentes em situações de confronto:

A finalidade da instrução é ensinar o profissional de segurança pública a usar a sua arma de fogo para servir e proteger a sociedade e a si próprio, e que sua arma de fogo só pode ser disparada em situações em que seja inteiramente necessário e indispensável, uma medida extrema, ou seja, o último recurso (Giraldi, 2010, p. 7).

Esse uso correto da arma de fogo é apenas uma das diversas atribuições de formação do instrutor em um curso de formação. Assim, um estágio que desenvolva um padrão de excelência no treinamento, tornando a instituição mais eficaz e preparada para lidar com desafios na segurança pública de forma condizente com as mudanças da sociedade.

A implementação do ensino por competências, segundo Delors (1998), pode vir a expandir as capacidades e habilidades do aluno. Isso porque essa abordagem valoriza a multi e interdisciplinaridade, estimula a resolução de problemas complexos e transforma a maneira como o conhecimento é abordado. Desse modo, ela se relaciona diretamente com a capacidade de desempenho do estudante, que se torna o foco principal do sistema educacional:

“A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. (Delors, 1998, p. 89)”

Com base nos argumentos apresentados é possível concluir que o ensino por competências pode capacitar o aluno a utilizar diferentes conhecimentos de maneira integrada e coordenada em situações reais da vida pessoal e profissional.

As Competências do Instrutor

O exercício eficaz da instrução em qualquer campo profissional exige um conjunto de competências que transcendam o mero conhecimento teórico, envolvendo profundamente as capacidades de comunicar, motivar e transformar informação em ação. No contexto específico do treinamento policial, essas exigências são ainda mais acentuadas, dado o alto grau de responsabilidade, precisão e segurança que essa atividade profissional impõe. A formação de um instrutor, portanto, é uma tarefa que requer uma abordagem multifacetada, integrando conhecimento técnico, competências pedagógicas e habilidades interpessoais para criar um ambiente de aprendizagem robusto e eficaz.

Nesse sentido, Magalhães considera, a respeito dos aspectos metodológicos do ensino, que “a construção de uma didática por competências exige que o ensino profissional esteja voltado para situações reais de trabalho, articulando saberes técnicos, valores e atitudes” (Magalhães; Passos, 2013, p. 25). A autora também afirma que “a competência é uma construção que se dá na ação, e não apenas na aquisição de conhecimentos teóricos” (Magalhães; Passos, 2013, p. 33). Assim sendo, também a formação de um professor e instrutor requer uma ampla gama de competências e habilidades para desempenhar eficazmente seu papel na educação. Essas áreas de competência são essenciais para garantir que os professores possam fornecer uma educação de qualidade e criar um ambiente de aprendizagem eficaz:

A formação do professor abrange, pois, duas dimensões: a formação teórico-científica, incluindo a formação acadêmica específica nas disciplinas em que o docente vai especializar-se e a formação pedagógica, que envolve os conhecimentos da Filosofia, Sociologia, História da Educação e da própria Pedagogia que contribuem para o esclarecimento do fenômeno educativo no contexto histórico-social; a formação técnico-prática, visando à preparação profissional específica para a docência, incluindo a Didática, as metodologias específicas das matérias, a Psicologia da Educação, a pesquisa educacional e outras (Libâneo, 1994, p. 27).

Assim sendo, a docência é uma atividade que envolve a formação teórico-científica e uma formação técnico-prática, como base sobre a qual podemos construir o perfil do instrutor ideal. Essas áreas abrangem a formação teórico-científica e pedagógica, que juntas fornecem os alicerces teóricos e práticos necessários para uma educação de qualidade. Porém, para instrutores para cursos militares, há uma terceira dimensão igualmente crítica: a competência técnico-prática, que envolve a habilidade de traduzir conhecimento teórico em competências práticas aplicáveis em contextos reais de alta pressão psicológica.

É um campo complexo que abrange uma variedade de conceitos e princípios relacionados ao processo de ensino e aprendizagem. Sendo possível inferir que, para o exercício da docência nas áreas relacionadas ao treinamento policial, o

instrutor deve possuir uma formação abrangente, englobando tanto um domínio substancial dos princípios pedagógicos quanto uma expertise voltada para a aplicação prática do ensino. Como afirma Magalhães, “o professor competente é aquele que mobiliza saberes em situações complexas, promovendo aprendizagens significativas e contextualizadas” (Magalhães; Passos, 2013, p. 58).

No âmbito do treinamento no contexto policial, à docência não consiste apenas em transmitir conhecimentos ou habilidades técnicas, é também sobre preparar indivíduos para operar em ambientes onde decisões rápidas e precisas podem ter consequências profundas. Sobre esse aspecto, Chiavenato (2006) destaca a educação como uma influência que o ser humano recebe do ambiente social ao longo de sua existência, preparando-o para a vida em seus múltiplos aspectos, onde as competências desenvolvidas e aprimoradas são diretamente aplicáveis à vida profissional e, em muitos casos, à sobrevivência.

A legislação brasileira, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 2018) reforça o papel da educação profissional no desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. A aplicação da metodologia por competências na PMAL pode ser estruturada em três eixos principais: planejamento curricular integrado, formação de instrutores e avaliação por desempenho. A Matriz Curricular Nacional da SENASP orienta que “o foco deve estar no processo de aprendizagem, na construção de redes de conhecimento que promovam a integração, a cooperação e a articulação entre diferentes instituições” (Brasil, 2009, p. 8). O instrutor, dentro deste marco legal e educacional, deve ser visto como um agente de desenvolvimento profissional, preparando os alunos não apenas para executar tarefas, mas para se engajarem na reflexão crítica sobre suas práticas e na constante busca pela excelência.

Dessa forma, a instrução eficiente no campo do treinamento policial requer um profissional que não só domine os aspectos técnicos da profissão, mas que também possua competências pedagógicas, emocionais e sociais robustas. Essas competências devem ser integradas de forma a possibilitar que o instrutor conduza seus alunos a atingir proficiência técnica, compreensão tática e resiliência psicológica.

Nessa perspectiva, o conhecimento especializado representa um dos pilares fundamentais para o exercício da instrução eficaz, especialmente em contextos de alta complexidade como o treinamento policial. Trata-se da capacidade do instrutor de dominar profundamente os conteúdos técnicos e operacionais da área em que atua, sendo capaz de aplicar esse saber de forma contextualizada, crítica e adaptativa.

No campo da segurança pública, esse conhecimento não se limita à teoria das operações ou ao domínio de protocolos. Ele envolve também a compreensão das implicações legais, éticas e sociais das ações policiais, uma vez que o instrutor deve ser capaz de articular saberes específicos com as exigências práticas do cotidiano da atividade policial que é permeada por esses aspectos.

Segundo Libâneo:

A formação acadêmica específica nas disciplinas em que o docente vai especializar-se é parte essencial da formação teórico-científica, que deve ser articulada com a formação pedagógica para que o ensino seja significativo e eficaz (Libâneo, 1994, p. 27).

No caso do instrutor policial, essa especialização deve ser constantemente atualizada, considerando as mudanças nas legislações, nas tecnologias e nas dinâmicas sociais.

Além disso, o conhecimento especializado deve ser funcional, ou seja, voltado para a resolução de problemas reais. Isso exige que o instrutor seja capaz de transformar teoria em prática, adaptando conteúdos ao perfil dos alunos e às situações operacionais. Como destaca (Chiavenato 2006, p. 89), “a educação prepara o indivíduo para a vida em seus múltiplos aspectos, onde as competências desenvolvidas são diretamente aplicáveis à vida profissional e, em muitos casos, à sobrevivência”.

No contexto da metodologia por competências, o conhecimento especializado é mobilizado em situações concretas, exigindo do instrutor não apenas domínio técnico, mas também julgamento ético, capacidade de comunicação e sensibilidade situacional. Isso reforça a ideia de que o instrutor ideal é aquele que alia profundidade teórica à habilidade prática, formando profissionais capazes de atuar com excelência, responsabilidade e humanidade.

No tocante ao desenvolvimento de planos de aula eficazes, Shulman (1987) enfatiza a importância do conhecimento pedagógico do conteúdo, que se traduz na capacidade de estruturar e apresentar o conteúdo de maneira a facilitar sua compreensão.

Com relação à implementação de estratégias de ensino diferenciadas, Vygotsky (1978) e sua teoria do desenvolvimento proximal realçam a importância de atividades que desafiam os aprendizes dentro de sua zona de desenvolvimento proximal. Isso significa que o instrutor deve criar atividades que promovam a progressão gradual das habilidades do aluno.

Por fim, avaliação e feedback construtivo são temas que Black e Wiliam (1998) consideram cruciais para o aprimoramento da aprendizagem. Portanto, o instrutor precisa fornecer avaliações que orientem os discentes sobre como melhorar, ressaltando tanto as áreas de bom desempenho quanto naquelas que mostram necessidade de desenvolvimento, mostrando o caminho para o desenvolvimento das habilidades, capacidades e competências necessárias para o desempenho da função.

No contexto de uma comunicação eficaz e clara, Hargie (2011) destaca ainda que a competência comunicativa é um pilar central na eficácia do ensino. Para instrutores de cursos policiais, uma comunicação clara e precisa é essencial, especialmente quando se considera a segurança e a natureza potencialmente perigosa do treinamento.

Liderança e motivação de alunos são conceitos que Bass (1985) associa à liderança transformacional, caracterizada pela capacidade de inspirar profissionais a transcenderem seus interesses individuais em prol dos objetivos coletivos. Nesse contexto, é desejável que Instrutores de cursos militares adotem esse modelo de liderança, promovendo a motivação e o engajamento dos alunos na busca por elevados padrões de desempenho.

De acordo com Goleman (1995) para a gestão de conflitos e segurança, a inteligência emocional é chave na gestão de conflitos e na manutenção de ambientes seguros. O instrutor deve, assim, ser capaz de gerenciar suas emoções e as dos alunos, assegurando práticas seguras e eficientes.

A integração dessas competências, fundamentadas em estudos e teorias educacionais, é essencial para formar profissionais capazes de conduzir um treinamento eficaz, seguro e responsivo às demandas de uma prática tão especializada.

Necessidade de Sistematização das Instruções no Ensino Militar?

A sistematização de conceitos e práticas dos docentes² que irão ministrar aulas nos cursos de formação refere-se à criação e aplicação de um conjunto de diretrizes e procedimentos pedagógicos. Esses devem ser seguidos de forma consistente pelos instrutores, com o objetivo de garantir a coerência metodológica, a qualidade do ensino e a efetiva formação dos policiais militares.

Todavia a sistematização não se confunde com uniformização empobrecida, ela estabelece parâmetros explícitos de desempenho, instrumentos válidos de avaliação e práticas didáticas coerentes, preservando margens de autonomia pedagógica para adequações contextuais e focadas no desenvolvimento de competências.

Contudo, a origem desse desafio está na heterogeneidade das trajetórias formativas dos instrutores, uma vez que suas abordagens pedagógicas são influenciadas pelas experiências individuais acumuladas ao longo de suas carreiras e não tiveram uma formação docente para posteriormente lecionar. Conforme apontam as teorias de formação docente, como as de António Nóvoa e Philippe Meirieu, a prática pedagógica é marcada por características singulares, que envolvem a construção contínua da identidade profissional, a reflexão crítica sobre a ação educativa e o compromisso ético com a formação dos educandos. Nesse sentido, a docência não se limita à transmissão de conteúdos, mas constitui um processo de mediação, que exige intencionalidade, coerência metodológica e sensibilidade às necessidades formativas dos alunos.

Apesar disso, as demandas de desempenho profissional numa atividade de risco como a do profissional de Segurança Pública exigem que os órgãos gestores do ensino da Polícia Militar (PM) tenham que estabelecer um núcleo duro de conceitos

2 Entende-se por prática dos docentes o conjunto de ações pedagógicas, metodológicas, estratégias de ensino e condutas adotadas pelos instrutores no processo de ensino-aprendizagem, refletindo sua formação, experiência profissional e concepções educacionais.

e práticas curriculares e didáticas responsável pela preparação profissional segundo determinados parâmetros voltados para a atividade laboral.

Nesse sentido, a criação do EHI buscaria estabelecer uma base doutrinária unificada, sistematizando tanto o conteúdo quanto as metodologias de ensino adotadas dentro da estrutura da PMAL:

Apesar de o conteúdo existente ser coerente e trazer técnicas adequadas, a forma de ensinar o que está descrito nos documentos de ensino pode ser feita de várias maneiras, dependendo do nível de conhecimento e em qual tipo de doutrina o instrutor foi especializado, pois, devido à escassez de cursos nesta área na PMPR, é comum que Oficiais e Praças que querem abraçar este ofício, procurem cursos fora (Puglia, 2018, p.14).

Nesse contexto, a ausência de uma formação adequada e diretrizes claras para os profissionais encarregados do treinamento expõe a instituição a duas vulnerabilidades críticas: a primeira diz respeito à capacidade de manter os padrões de excelência no serviço policial, enquanto a segunda se relaciona à responsabilidade do instrutor e da instituição em relação a uma possível imperícia na atuação policial:

A partir do instante que o policial coloca uma arma de fogo na cintura, de imediato passa a ser considerado um perito, técnico, especialista ou um expert na arma utilizada, devendo conhecer todas as ações de manejo possíveis, tais como alimentar, municiar, carregar, travar, destravar, disparar, extrair, ejetar, desmontar e montar sua arma (Flores; Gomes, 2006, p. 65).

Essa perspectiva reflete a seriedade e a responsabilidade associadas ao treinamento por profissionais de segurança pública. Por exemplo, um policial não pode simplesmente portar uma arma sem um profundo entendimento de todos os seus aspectos, desde o funcionamento básico até os procedimentos de segurança, manutenção e manipulação avançada em situações que necessitem de uma resposta da aplicação dos conhecimentos com habilidades, atitudes, valores e experiência para resolver de forma efetiva.

PROPOSTA DE ESTÁGIO

Finalidade

Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execução e responsabilidades, referente a implementação do EHI, criando um protótipo para formação de instrutores dentro da PMAL, gerando um modelo de qualidade na preparação de instrutores, habilitando-os a oferecer treinamento, aperfeiçoamento, realizar avaliações e desempenhar funções que contribuam para o desenvolvimento e a manutenção das competências, habilidades e atitudes na PMAL.

Justificativa

A crescente demanda por qualidade na formação dos policiais militares exige a capacitação contínua de instrutores. Este estágio visa preparar profissionais aptos a ministrar aulas com domínio técnico, pedagógico e alinhamento às diretrizes da PMAL. Além disso, o estágio busca estabelecer normas claras e eficazes para a capacitação dos instrutores, assegurando que adquiram as competências necessárias para desempenhar suas funções com excelência. Os policiais militares que concluírem o curso atuarão como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, elevando o nível técnico na PMAL.

Objetivos

Objetivo Geral

- Capacitar os instrutores da instituição para que atuem como agentes disseminadores das técnicas e conhecimentos obtidos ao longo do estágio, promovendo assim a adoção de métodos mais efetivos e eficientes em circunstâncias enfrentadas pelos policiais militares em seu dia a dia.

Objetivos Específicos

- Conhecer os aspectos gerais, doutrinários e técnicos inerentes ao ensino.
- Habilitar ao desempenho da função de instrutor, buscando otimizar o processo de ensino-aprendizagem, nos termos das diretrizes de ensino da corporação, aplicando o planejamento, metodologia e avaliação do ensino.
- Estimular a atuação de forma segura, legal, técnica e ética quando do exercício da docência na PMAL.

Público-Alvo: Policiais Militares com Interesse e Perfil para Atuação como Instrutores

REFERÊNCIA

- Constituição Federal da República;
- Constituição do Estado de Alagoas;
- Lei nº 5.346, de 26 de maio de 1992, que aprova o Estatuto dos Militares Estaduais de Alagoas;
- Lei nº 6.568 de 06 de janeiro de 2005, que instituiu o Sistema de Ensino Militar;
- Matriz curricular para formação dos profissionais da área da Segurança Pública do Cidadão-SENASP;

- LDB- Lei de Diretrizes Básicas nº9394 de 20dez96;
- Decreto nº 93.446, de 04 de setembro de 2023, que aprova a Organização Básica da PMAL;
- Lei de Ensino da PMAL;

Condições de Execução

- Locais de funcionamento: Sala de aula.
- Período de realização: O estágio será realizado anualmente, conforme NPCE.
- Requisitos e condições para Inscrição: Conforme Edital.
- Número de Vagas: Conforme Edital.
- Órgão Executor: APMSAM.
- Coordenação-Geral: Comandante da APMSAM
- Coordenação Administrativa: Chefe da DTE.
- Coordenação Executivo: Conforme designação do Cmt da APMSAM.
- Carga horária: 120 h/a.

Carga Horária

Carga-horária total do estágio das disciplinas curriculares 85h/a.

Quadro 1 - Distribuição da carga-horária.

Nº	Disciplina	Área Temática (MCN)	Carga Horária (H/A)
01	Educação e liderança Militar na era digital	III e VIII	15
02	Teorias da aprendizagem e práticas de ensino.	VIII	15
03	Metodologia de Ensino, Desenvolvimento Pedagógico e Prática de Docência Supervisionada	VII	15
04	O ensino por competências	VII e VIII	30
05	Avaliação da aprendizagem	VII e VIII	15
06	Palestra	III, IV e VIII	10
Total	-	-	85

*Área temáticas Matriz Curricular Nacional da Segurança Pública (MCN):

III: Conhecimentos Jurídicos;

IV: Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos.

VII: Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva.

VIII: Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

Planejamento Orçamentário

Quadro 2 - Previsão Orçamentária de Docentes.

Disciplina	Carga (h/a)	Qtd De Pelotões/ Edições	*Valor Médio da H/A Do Docente	Custo Total da Disciplina/ Função
Educação e liderança Militar na era digital	15	1	R\$ 15,89	R\$ 238,35
Teorias da aprendizagem e práticas de ensino.	15	1	R\$ 15,89	R\$ 238,35
Metodologia de Ensino, Desenvolvimento Pedagógico e Prática de Docência Supervisionada	15	1	R\$ 15,89	R\$ 238,35
O ensino por competências	30	1	R\$ 15,89	R\$ 476,70
Avaliação da aprendizagem	15	1	R\$ 15,89	R\$ 238,35
Total	90	1	R\$ 15,89	R\$ 1.430,10

Quadro 3 - Previsão orçamentária de palestras.

Tema da Palestra	Carga Horária da Palestra	QTD de Pelotões/ Edições	Valor Médio da Hora-Aula da Palestra	Valor Total da Hora-Aula de Palestra
TOTAL	8	---	---	Convidado

**Valor pago pela APMSAM aos instrutores de curso de especialização.*

Quadro 4 - Previsão orçamentária total do estágio.

Função	Custo Total
Docente	R\$ 1.430,10
Material	-
Total	R\$ 1.430,10

Desenvolvimento do Estágio

O Estágio obedecerá ao planejamento elaborado pela Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa – DEIP e a Academia de Polícia Militar - APM de acordo com o quadro de distribuição de disciplinas e quadro de trabalho semanal (QTS), em consonância com as informações obtidas pelo Coordenador do Estágio.

Calendário de Atividades do Estágio: conforme Plano de estágio.

Horários de Funcionamento do Estágio: conforme Plano de estágio.

Estrutura Curricular e Ementas: Conforme ajuste e estudo da grupo de trabalho.

Metodologia de Ensino

Regime escolar

O ensino será efetivado em consonância com o previsto nas leis e Normas de ensino em vigor, de maneira que as competências principais e as unidades de competências sejam atingidas e a prática realizada. Desse modo, o estágio funcionará conforme a necessidade de cada disciplina devidamente prevista em QTS.

Método e técnicas de ensino

O processo de ensino-aprendizagem acontecerá em ambientes de salas de aula, auditórios e os espaços destinados às instruções práticas, e com o uso de equipamentos como data-show em aulas teóricas. Quanto aos métodos de ensino serão trabalhadas as aulas expositivas, e atividades especiais como estudo de caso, considerando a importância da interação entre professor e aluno no processo de ensino-aprendizagem e em conformidade com o ensino por competências.

De acordo com os objetivos traçados para os diversos conteúdo das disciplinas a serem ministradas, poderão ser utilizados as seguintes técnicas de ensino: aulas expositivas dialogadas, estudos de casos, debates e palestras.

A responsabilidade pela condução da instrução é do instrutor de cada matéria, sob o acompanhamento da coordenação do Estágio, e visa o alcance dos objetivos educacionais gerais e particulares de cada unidade didática. Como decorrência a atribuição pela condução do processo de ensino e técnicas utilizadas para instrução é da escolha do respectivo instrutor da matéria, de modo a garantir a aquisição dos objetivos da instrução delineados. Ainda, deve ser considerado o risco inerente à execução de tarefas e exercícios que habilitem ao aprendizado de técnicas especiais.

Avaliação da Aprendizagem

Avaliação Geral do estágio (estrutura, carga horária, etc.)

O estágio será avaliado pelo corpo discente conforme formulário sugerido pela DEIP/PMAL quanto à:

- a) Importância do conteúdo;
- b) Apresentação do QTS;
- c) Aplicabilidade do conhecimento adquirido;
- d) Interesse e participação dos discentes;
- e) Quantidade de carga horária.

Avaliação dos docentes realizadas pelos discentes

Os docentes serão avaliados pelo corpo discente conforme formulário sugerido pela DEIP/PMAL quanto à:

- a) Domínio do conteúdo;
- b) Metodologias e técnicas didáticas;
- c) Facilidade de comunicação e relacionamento;
- d) Contextualização da disciplina.

Avaliação dos discentes

A avaliação será realizada pelo instrutor de cada disciplina e quanto à forma, as avaliações poderão ser feitas, conforme segue:

- a) Prova escrita;
- b) Prova prática individual ou em grupo;
- c) Proposta de “procedimento operacional padrão”.

Recuperação de avaliação

O discente que não atingir a nota mínima de 7,0 (sete) pontos na Avaliação terá direito a Avaliação de Recuperação com a mesma estrutura da avaliação anterior.

Para fins de classificação no estágio, mesmo que o discente atinja nota superior a 7,0 (sete) pontos na Avaliação de Recuperação, a nota máxima considerada será 7,0 (sete) pontos.

Caso não atinja a nota mínima de 7,0 (sete) pontos na Avaliação de Recuperação, o discente estará REPROVADO, será apresentado a Coordenação do Estágio e desligado da capacitação sem direito à certificação.

Será REPROVADO, o discente que não obtiver a frequência mínima de 75% da carga horária da disciplina.

Atividades Extraclasse: conforme QTS

Matrícula

Será efetuada pela Coordenação do Estágio, mediante Ata de Matrícula devidamente encaminhada à DEIP/PMAL para fins de publicação em Boletim Geral da PMAL, após o encerramento do processo seletivo do estágio.

Desligamento

É o ato de afastamento definitivo, do discente do estágio, sendo efetuado pelo Coordenador do Estágio, por iniciativa de instrutor e/ou aluno e publicado em Boletim Geral Ostensivo da PMAL.

Será desligado do estágio o aluno que:

- a) Solicitá-lo, verbalmente ou através de requerimento e recebendo deferimento;
- b) Faltar a mais de 25% da carga horária de qualquer matéria, após decisão do Conselho de Ensino;
- c) For afastado do cargo em decorrência de decisão judicial;
- d) For considerado reprovado;
- e) Incurrir em falta de natureza grave e em consequência for contra indicado, a sua permanência, pela Coordenação do Estágio;
- f) For considerado incapaz definitivamente ou temporariamente para o serviço Policial, de modo que o impossibilite ao prosseguimento das instruções, devidamente comprovado por inspeção de saúde;
- g) Ser condenado ou preso à disposição da justiça, no decorrer do estágio;
- h) Deixar de realizar qualquer tarefa escolar ou exercício, previsto em cada matéria, proposto pelo instrutor e decidido pela Coordenação do estágio;
- i) Praticar qualquer ação ou omissão que atente contra a segurança própria, da instrução, ou de terceiros, sendo a decisão final do Coordenador do estágio;
- j) Incurrir em falta de natureza disciplinar, durante ou fora da instrução;
- k) Mesmo não incorrendo em uma das hipóteses acima citadas, deixar de cumprir instruções, orientações e ordens dos instrutores e monitores do estágio nas atividades escolares;
- l) Por restrições médicas;
- m) Por desrespeito às regras de segurança imposta pelos docentes e pela coordenação do estágio;
- n) Por interesse da administração pública;
- o) Por utilizar meios ilícitos para a realização de qualquer atividade ou tarefa educacional teórica e/ou prática;

p) Todas as situações que envolvam o desligamento do aluno deverão antes de sua concretização, serem levadas a apreciação da Coordenação para o encaminhamento e deliberação da situação junto ao Diretor do estágio.

Edital

O edital para seleção dos participantes constará das etapas:

- a) Publicação do Edital;
- b) Impugnação do Edital;
- c) Requerimento aos Comandantes de OPM dos candidatos;
- d) Encaminhamento da relação de interessados à DE;
- e) Publicação Provisória das Inscrições;
- f) Recurso das Inscrições;
- g) Resultado dos Recursos e Publicação Definitiva das Inscrições;
- h) Inspeção de Saúde (IS);
- i) Publicação Provisória da Inspeção de Saúde;
- j) Recurso da Inspeção de Saúde;
- k) Resultado dos Recursos e Publicação Definitiva da Inspeção de Saúde;
- l) TAF;
- m) Publicação Provisória do TAF;
- n) Recurso do TAF;
- o) Resultado dos Recursos e Publicação Definitiva do TAF;
- p) Prova escrita;
- q) Publicação Provisória do resultado da prova escrita;
- r) Recurso da prova escrita;
- s) Resultado dos Recursos e Publicação Definitiva do resultado da prova escrita;
- t) Previsão de Indicação; e
- u) Previsão de Matrícula.

Grade curricular

Ementa do estágio de Formação de Instrutor.

Prescrições diversas

- a) A ação formativa é considerada ATO DE SERVIÇO;
- b) Os concluintes terão direito ao certificado e uso do brevê do estágio, ficando a cargo de cada discente, sua aquisição;
- c) Para fins de certificação, a ata de conclusão do estágio será confeccionada pelo Coordenador Administrativo e encaminhada para o DEIP, para publicação em Boletim Geral Ostensivo da PMAL

- d) A emissão dos certificados ficará a cargo da APMSAM
- e) O coordenador executivo do estágio será responsável por receber dos docentes o planejamento das atividades de cada disciplina;
- f) Os casos omissos neste planejamento serão resolvidos pelo Comandante da APMSAM, e a Coordenação do estágio, no que for aplicável.

Resultados Esperados e Considerações

Tendo em vista, a experiência a qual todos já possuem, alinhada à capacitação e a sistematização de conceitos, técnicas e táticas de ensino. O treinamento direcionado e constante faz com que os profissionais de segurança pública após concluírem o estágio estejam aptos a utilizar o conhecimento para repassar aos demais integrantes da PMAL, e assim, consequentemente melhor servir e proteger a sociedade. Esse profissional egresso do EHI da PMAL deverá apresentar um perfil psicográfico compatível com as exigências do ensino por competências e com as demandas contemporâneas da formação policial. Esse perfil contempla:

Finalidade

Formar instrutores capazes de integrar competências técnicas, pedagógicas, cognitivas e socioemocionais, promovendo a formação integral dos policiais militares de Alagoas, conforme os princípios do ensino por competências no contexto da segurança pública.

Competências profissionais

- a) Promover ambientes de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento de competências essenciais à atuação policial, articulando teoria e prática de modo contextualizado.
- b) Planejar e executar processos formativos pautados em metodologias ativas, adaptando estratégias pedagógicas às demandas institucionais e às necessidades dos discentes.
- c) Avaliar criticamente o desempenho dos alunos, utilizando instrumentos diversificados e feedbacks construtivos para potencializar o desenvolvimento profissional.
- d) Gerenciar situações de risco, pressão e conflito, demonstrando equilíbrio emocional, discernimento ético e capacidade de tomada de decisão fundamentada.
- e) Inspirar e mobilizar equipes, estimulando o protagonismo, a autonomia e o pensamento crítico dos policiais em formação.
- f) Integrar saberes multidisciplinares, valorizando a interdisciplinaridade e a atualização constante frente às transformações sociais e tecnológicas.
- g) Colaborar com pares e gestores, compartilhando experiências e boas práticas, contribuindo para o fortalecimento da cultura organizacional e para a excelência institucional.

Eixo Transversal

a) Atitudes

Comunicabilidade: Expressar ideias de forma clara, assertiva e adequada ao contexto institucional.

Flexibilidade: Adaptar-se a diferentes situações e perfis de alunos, ajustando métodos e abordagens conforme as necessidades do processo educativo.

Tato: Demonstrar sensibilidade para lidar com situações delicadas, respeitando as diferenças individuais e promovendo a inclusão.

Proatividade: Antecipar demandas e propor soluções inovadoras para desafios pedagógicos e operacionais.

Ética: Sustentar suas ações em princípios morais, respeito aos direitos humanos e responsabilidade social.

b) Capacidades Cognitivas

Atenção seletiva: Focar nos aspectos relevantes das situações de ensino e aprendizagem, priorizando a segurança e a eficácia.

Capacidade linguística: Dominar a linguagem oral e escrita, facilitando a comunicação pedagógica e institucional.

Planejamento: Organizar, estruturar e executar atividades didáticas e operacionais de forma estratégica e eficiente.

Pensamento crítico: Analisar situações de forma reflexiva, questionando práticas estabelecidas e propondo melhorias fundamentadas.

Resolução de problemas: Identificar, compreender e intervir em situações complexas, utilizando raciocínio lógico e criatividade.

c) Dimensões Socioemocionais

Empatia: Reconhecer e valorizar as emoções e perspectivas dos outros, promovendo relações interpessoais saudáveis.

Resiliência: Enfrentar adversidades com equilíbrio emocional, perseverança e capacidade de superação.

Autonomia: Assumir responsabilidade pelo próprio desenvolvimento e pelas decisões tomadas no exercício da docência policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto, fica nítido que, a ausência de um curso ou estágio padronizado pode afetar negativamente a eficiência operacional e administrativa dos policiais e comprometer a segurança pública. De fato, a formação especializada e padronizada no ensino por competência é reconhecida como uma estratégia essencial para elevar os padrões de proficiência na PMAL, promover uma cultura de excelência e responsabilidade na aplicação da força e alinhar a instituição aos mais altos padrões de segurança pública.

Este estudo considera que a implantação de um Estágio de Habilitação de Instrutor sistematizado na PMAL pode vir a desencadear uma série de impactos benéficos que transcendem as fronteiras da própria instituição, estendendo-se à sociedade em geral. Do ponto de vista operacional, espera-se que o estágio intensifique a proficiência e a precisão dos policiais em situações diversas, ao mesmo tempo em que contribui para a diminuição de incidentes e acidentes relacionados a atividade policial militar. A habilitação especializada também é projetada para aprimorar a tomada de decisão dos policiais em momentos de pressão intensa, aumentando a confiança e o autocontrole em situações críticas. No aspecto educacional, a padronização é prevista para promover uma base de conhecimento unificado e melhorar a qualidade do ensino, incentivando uma reflexão crítica e a avaliação contínua das práticas pedagógicas, permitindo o alinhamento da formação com os objetivos organizacionais relacionados ao cargo e função. Essa uniformidade no ensino não só eleva o nível de competência dos instrutores, como assegura que todos os policiais recebam o mesmo nível de preparo.

Os impactos sociais incluem ainda o fortalecimento da confiança da comunidade na PMAL, visto que uma força policial bem treinada é percebida como mais competente e confiável. Além disso, a padronização das práticas de treinamento pode levar a uma maior transparência nas operações policiais, contribuindo para uma redução no uso desnecessário da força e, conseqüentemente, da violência. Do ponto de vista ético, o treinamento sistematizado reforça a importância do uso proporcional da força, incentivando a responsabilidade e a prestação de contas, e garantindo que o uso da força letal esteja alinhado aos princípios dos direitos humanos, sendo sempre o último recurso. Assim sendo, este estudo considera que a implantação do estágio proposto tem o potencial de elevar o nível de profissionalismo e preparo dos policiais da PMAL, além de fomentar uma cultura de excelência e profissionalismo.

Nessa perspectiva, os instrutores devem ser profissionais altamente capacitados, possuindo não apenas conhecimentos técnicos avançados, mas também competências pedagógicas e socioemocionais. A sistematização das instruções, portanto, não só visa melhorar a qualidade técnica do treinamento, mas também assegurar que os instrutores tenham as competências necessárias para transmitir esses conhecimentos de maneira eficaz e responsável, ficando a proposta também que a primeira turma possa elaborar o manual do instrutor da PMAL para ser um marco orientador para os instrutores.

Os impactos sociais incluem o fortalecimento da confiança da comunidade na PMAL, visto que uma força policial bem treinada é percebida como mais competente e confiável. Além disso, a sistematização das práticas de treinamento pode levar a uma maior transparência nas operações policiais, contribuindo para uma redução no uso desnecessário da força e, conseqüentemente, da violência. Do ponto de vista ético, o treinamento reforça a importância do uso proporcional da força, incentivando a responsabilidade e a prestação de contas, e garantindo que o uso da força letal esteja alinhado aos princípios dos direitos humanos, sendo sempre o último recurso. A implantação do estágio proposto não só tem o potencial

de elevar o nível de profissionalismo e preparo dos policiais da PMAL, mas também por fomentar uma cultura de excelência e profissionalismo.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. São Paulo: Cultrix, 2003.

BASS, Bernard Morris. **Leadership and Performance Beyond Expectations**. New York: The Free Press, 1985.

BLACK, Paul; WILLIAM, Dylan. **Assessment and classroom learning**. Assessment in Education: Principles, Policy & Practice, 1998.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Guia de Direitos Humanos: conduta ética, técnica e legal para Instituições Policiais Militares**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Secretaria Nacional de Segurança Pública**. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasília: SENASP, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

COLL, César; MAURI, Teresa; ROIG, Anna. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2000.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Tradução de José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez Editora. Brasília: Unesco, 1998.

FLORES, Érico Marcelo; Gomes, Gerson Dias. **Tiro policial: técnicas sem fronteiras**. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

GIRALDI, Nilson. **Curso de tiro defensivo: Preservação da vida: método Giraldi**. 2010.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, (1995)

HARGIE, O. **Skilled Interpersonal Communication: Research, Theory, And Practice**. New York: Routledge (2011).

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa; PASSOS, Aderson Campos. **O ensino por competências na educação profissional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MEIRIEU, Philippe. **Pedagogia, ciência e ciências da educação – uma conversa com o Professor Philippe Meirieu**. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 26, p. 1–10, 2023. Disponível em: <http://www.meirieu.com/ARTICLES/pedagogie-sc-educ-portugais-Philippe-Meirieu.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

NÓVOA, António. **Entre a formação e a profissão: ensaio sobre o modo como nos tornamos professores**. Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 1, p. 198–208, jan./abr. 2019. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss1articles/novoa.pdf. Acesso em: 18 out. 2025.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PUGLIA, Anderson. **Habilitações com Armas de Fogo: Manual do Instrutor**. 2. ed. Curitiba, 2018.

PUIG, Josep Maria. **A construção da cidadania: valores, atitudes e educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SENASP. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Brasília, 2014.

SHULMAN, Lee S.(1987.) **Knowledge and teaching: foundations of the new reform**. Harvard Educational Review, Cambridge, v. 57, p. 1-22, 1987.

VYGOTSKY, L., 1978. **Mente na Sociedade: O Desenvolvimento de Processos Psicológicos Superiores**. Cambridge: Cambridge University Press.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.